

## **PROCESSOS EDUCATIVOS DE LEITURA E ESCRITA NO PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO**

Marcio Bernardino Sirino

*Universidade Castelo Branco – [pedagogomarcio@gmail.com](mailto:pedagogomarcio@gmail.com)*

Patricia Flavia Mota

*Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – [patriciamotauerjffp@hotmail.com](mailto:patriciamotauerjffp@hotmail.com)*

Arthur Ferreira Vianna

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro – [arthuruerjffp@gmail.com](mailto:arthuruerjffp@gmail.com)*

**Resumo:** Abordamos neste artigo uma discussão referente aos processos educativos inseridos no Programa Novo Mais Educação (PNME), fruto da percepção de uma inclinação político-pedagógica para o trabalho focalizado nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, por meio da ampliação da jornada escolar dos educandos do ensino fundamental, neste programa do governo federal. Com a clareza do avançar histórico sobre a concepção de alfabetização, no Brasil, entendemos como sendo relevante problematizar como o referido Programa percebe essa temática, sobretudo quando, por meio de testes padronizados, busca avaliar as habilidades em duas áreas do conhecimento que compõem o “Acompanhamento Pedagógico” e são privilegiadas na organização do tempo. Sendo assim, trazemos, nesta produção, as especificidades do PNME e uma discussão teórica sobre a alfabetização na busca por ampliarmos a compreensão sobre como a leitura e a escrita é pensada-praticada nos diferentes cotidianos escolares.

**Palavras-chave:** Programa Novo Mais Educação, Processos Educativos, Alfabetização.

### **“B” COM “A” FAZ “BA”: JÁ SEI LER? QUE LEITURA É ESSA?**

Observaremos, na seção referente à discussão sobre alfabetização, que esta temática é um termo que não possui uma unanimidade em sua compreensão. Dependendo dos teóricos que se utilizem, haverá uma inclinação para uma abordagem mais tradicional – de decodificação do código escrito – ou para uma abordagem mais contemporânea – de identificação da função social da leitura e da escrita. Movimento que se alinha com o conceito de letramento.

Neste sentido, embora diversas pesquisas tenham sido produzidas, sempre, se faz necessário abrir um novo canal de problematização acerca da leitura e da escrita – principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental. Este aspecto, nos exige um constante esforço de análise e de acompanhamento, inclusive, das políticas públicas que subjazem a materialização de uma perspectiva de alfabetização mais ‘integral’ ou não.

Nesta certeza, trazemos neste artigo a análise do Programa Novo Mais Educação (PNME), criado em 2016, no que tange à sua perspectiva de “melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental” (BRASIL, 2016a) por meio da ampliação da jornada escolar dos educandos. E pinçamos à tela algumas contribuições teóricas de pesquisadores que se debruçam a escrever sobre o mundo da alfabetização.

Importante ressaltar que, em termos metodológicos, escolhemos pela análise documental e pela pesquisa bibliográfica. Para o primeiro instrumento selecionado, nos embasamos nos pressupostos de Iglesias e Gomez (2004); Pimentel (2001) e Raimundo (2006) a fim de compreendermos sobre a metodologia adotada, suas especificidades e limitações. Identificamos, com esses pesquisadores, que a análise documental objetiva a descrição e a representação dos conteúdos dos documentos de uma forma distinta do original, na busca por garantir a recuperação de informações neles contidas e, ainda, possibilitar reflexão crítica e sua problematização, facilitando o entendimento. Desse modo, concordamos com os apontamentos de Iglesias e Gomez (2004) acerca da análise documental:

El análisis documental es una forma de investigación técnica, un conjunto de operaciones intelectuales, que buscan describir y representar los documentos de forma unificada sistemática para facilitar su recuperación. Comprende el procesamiento analítico-sintético que, a su vez, incluye la descripción bibliográfica y general de la fuente, la clasificación, indización, anotación, extracción, traducción y la confección de reseñas. (p. 2)

Com relação à perspectiva da pesquisa bibliográfica, selecionamos, dentre importantes teóricos, Cagliari (2010), Freire (1996), Soares (2001) e Perez & Sampaio (2008) que descomplexificam a temática da alfabetização, além de outros pensadores que contribuem para outras subcategorias que se aglutinam neste artigo, tais quais: educação integral; educação em tempo integral e avaliação da aprendizagem.

Postas as diretrizes que nos embasam, nesta escrita, apresentamos, na primeira seção, as características principais deste Programa Novo Mais Educação na perspectiva de compreendermos o cenário no qual a alfabetização se processa.

## **SEÇÃO 1- AMPLIOU O TEMPO, OFERTOU LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA, AGORA O IDEB IRÁ AUMENTAR?**

Antes de trazermos as especificidades do Programa Novo Mais Educação (PNME), convém destacarmos o contexto no qual o mesmo foi criado. Desde 2007, foi introduzido, no país, o Programa Mais Educação (PME) que, por intermédio da Portaria Interministerial n. 17/2007, trouxe aos diferentes estados e municípios da federação a discussão sobre a ampliação da jornada escolar dos educandos na perspectiva de uma educação integral, pois o PME era compreendido como uma “estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral” (BRASIL, 2007).

Esse programa foi desenvolvido em grande parte das unidades escolares do país até o ano de 2016 – data em que diversos programas foram ‘congelados’ e, por meio de avaliações de rendimento e de impacto na aprendizagem dos alunos, um ‘novo’ programa foi criado. Neste sentido, aos 10 dias de outubro de 2016, por meio da Portaria 1.144/2016, foi criado o Programa Novo Mais Educação (PNME) com o objetivo de:

Melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, mediante a complementação da carga horária de cinco ou quinze horas semanais no turno e contraturno escolar. (BRASIL, 2016a, Art. 1)

Observemos a focalização nas duas grandes áreas do conhecimento – Língua Portuguesa e Matemática – e a ampliação do tempo escolar em 5h ou 15h semanais, atrelado à escolha por parte das unidades. Esses dois pontos são importantíssimos pois, a escola, que amplia sua jornada escolar para 15 horas semanais, oferece aos educandos 4h de Língua Portuguesa e 4h de matemática e, das 7h que restam, fazem uma escolha de atividades “nos campos de artes, cultura, esporte e lazer, impulsionando a melhoria do desempenho educacional” (BRASIL, 2016a). Por sua vez, a escola que opta, apenas, pela ampliação de 5h insere, em seu cotidiano, 2h30 de Língua Portuguesa e 2h30 de Matemática, por semana, apenas.

Se antes, no Programa Mais Educação, havia uma embrionária, mas importante, preocupação com a perspectiva de uma educação integral, neste ‘Novo’ Mais Educação a inclinação é outra: rompe-se com a discussão sobre a integralidade que constitui o educando e amplia-se o tempo do aluno na escola para um melhor ‘desempenho educacional’, ou seja, aumento das notas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – tanto que na Portaria 1.144/2016, no campo ‘considerando’, encontramos esta dimensão quando o ordenamento pontua:

Que vinte e quatro por cento das escolas do ensino fundamental, anos iniciais, não alcançaram as metas estabelecidas pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB em 2015;

Que quarenta e nove por cento das escolas do ensino fundamental, anos finais, não alcançaram as metas estabelecidas pelo IDEB em 2015;

Que o Brasil não alcançou a meta estabelecida pelo IDEB para os anos finais do ensino fundamental em 2013 e 2015; (BRASIL, 2016a)

A inclinação para o aumento das avaliações dos indicadores de aprendizagem é notória e a perspectiva de promover uma formação humana mais completa, ou seja, uma educação integral (COELHO,

2009) já não se encontra mais nos aportes analisados (legislação/documento) nem a garantia de uma educação em tempo integral, composta por no mínimo 7h por dia (BRASIL, 2014, Meta 6, Estratégia 6.1), uma vez que, na escolha – por parte das unidades escolares – sobre a ampliação da sua jornada, nem sempre a educação em tempo integral é praticada, mas, por vezes, apenas a extensão da carga horária.

Para a implantação deste Programa nos diversos contextos, o “Documento Orientador – Versão 1” traz-nos alguns diferentes sujeitos a serem inseridos neste processo, a saber: 1- Mediador de Aprendizagem (responsável pelas atividades de Acompanhamento Pedagógico – Língua Portuguesa e Matemática, sem uma exigência de uma formação específica); 2- Facilitador de Aprendizagem (responsável pelas 7h de atividades complementares – para as escolhas que optaram para a ampliação de 15h, como explicado anteriormente e, novamente, sem uma formação exigida) e, 3- Articulador da Escola (que funciona como um coordenador do Programa, em tese, acompanhando o fazer pedagógico, auxiliando no planejamento, monitoramento e na execução das atividades propostas que, preferencialmente, deve ser um professor ou coordenador pedagógico, mas não se configura exigência na medida em que outro profissional com carga horária de, no mínimo 20h por semana, também pode assumir esta função).

Voltando nossos olhares para as atividades de Acompanhamento Pedagógico, especificamente para as de Língua Portuguesa, a própria Portaria 1.144/2016, em seu artigo 2º, nos adverte que o PNME tem por finalidade contribuir para a “**alfabetização**, ampliação do **letramento** e melhoria do **desempenho em língua portuguesa**”, no entanto, questionamos qual sua compreensão conceitual acerca do processo de alfabetização dos educandos, sobretudo dos anos iniciais do ensino fundamental.

Este questionamento se nos apresenta frente à perspectiva de aplicação de testes padronizados, ao longo do ano de 2017, para os estudantes que fazem parte do Programa Novo Mais Educação direcionando as atividades dos Mediadores de Aprendizagem a uma atuação mais técnica no ensino da Língua Portuguesa.

Essa imposição pode ser observada quando – por meio da orientação para que as escolas entrassem no sistema do PDDE-Interativo e inserissem os dados referentes aos alunos inscritos, turmas montadas, mediadores e facilitadores inseridos etc. – foi possível identificar, na plataforma criada pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF), um link direcionando para a aplicação de testes padronizados aos estudantes.

Ponto nevrálgico este em que, além da discussão sobre a “perspectiva de avaliação inserida no Programa Novo Mais Educação” (Sirino, Mota e Ferreira, 2017), inclinamo-nos a refletir sobre a concepção de alfabetização inserida no referido Programa, uma vez que o “Documento Orientador” versa sobre a necessidade de “metodologias inovadoras” e de um foco “na superação dos desafios apontados pela avaliação diagnóstica de cada aluno” (BRASIL, 2016b, p. 8) – o que, automaticamente, a nosso ver, direciona o fazer pedagógico dos Mediadores de Aprendizagem para uma perspectiva de atuação mais tradicional, mecanizada e, por vezes, descontextualizada atrelada, ainda, a uma forma de avaliar quantitativa e pouco reflexiva – diferente da compreensão que vimos construindo com as contribuições de Hoffman (2005), acerca do próprio conceito de avaliação.

A avaliação é reflexão transformada em ação. Ação, essa que nos impulsiona a novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre sua realidade, e acompanhamento de todos os passos do educando na sua trajetória de construção de conhecimento. Um processo interativo, através do qual educandos e educadores aprendem sobre si mesmos e sobre a realidade escolar no ato próprio da avaliação (p. 17).

Neste bojo, em que o PNME amplia a jornada escolar dos educandos, insere outros educadores para dinamizarem duas importantes áreas do conhecimento com a inclinação de uma prática pedagógica voltada para a instrução das avaliações externas e padronizadas, questionamos a compreensão sobre o conceito de alfabetização, neste programa, uma vez que ele materializa processos de um ensino (re)produtivista e pouco significativo para os educandos ao articular “orientação de estudos de leitura, escrita, alfabetização e letramento” (BRASIL, 2016b, p. 8) com critérios avaliativos pouco ‘alfabetizadores’.

Aspecto que potencializamos, na próxima seção deste artigo, ao trazermos à baila uma discussão conceitual sobre a temática da alfabetização.

## **SEÇÃO 2- “A”, “A”, “A” FAZ A ABELHINHA? E O MEL QUE ELA PRODUZ? SERÁ MARCADO COM O (X) NUM CARTÃO RESPOSTA?**

Iniciar uma sessão sobre o conceito de alfabetização é ter a certeza de que ele não é hegemônico, mas sim produto de uma arena de disputas acerca do papel da educação e da função social da escola, nesta contemporaneidade.

Os verbos ler e escrever não têm uma definição unívoca. São verbos que remetem a construções sociais, a atividades socialmente definidas. A relação dos homens e das mulheres com a escrita não está dada de uma vez por todas nem sempre foi igual: foi se construindo no transcurso da

(83) 3322.3222

contato@ceduce.com.br

[www.ceduce.com.br](http://www.ceduce.com.br)

história. Ler não teve nem terá o mesmo significado no século XII e no século XXI. (FERREIRO, 2009, p. 40)

No entanto, embora reconheçamos essa construção histórica, para nós, atualmente, a alfabetização é um processo de aquisição da linguagem escrita dentro de um contexto social no qual a decodificação desta linguagem tenha sentido para o sujeito e contribua para a sua formação humana mais completa – ou seja, integral.

Partindo deste norte, faz-se necessário resgatar as lembranças da aula inaugural da Especialização em Alfabetização dos Estudantes das Classes Populares, no ano de 2013, na Universidade Federal Fluminense – Angra dos Reis/RJ, quando a professora Regina Leite Garcia trazia algumas considerações sobre o referido conceito.

Compreendemos, com o seu discurso, que, quando uma criança chega à escola, muita coisa já aconteceu em sua vida. Sendo assim, ensinar o “A”, “E”, “I”, “O”, “U” ou palavras ‘soltas’ não quer dizer nada para ela, uma vez que aprender a ler e a escrever está relacionado com a criação de desejos e a produção de sentidos.

Não adianta cantar a “música da abelhinha” se a criança não reflete sobre a importância deste ser vivo para a cadeia animal, do alimento por ele produzido e das características que o compõem individual e coletivamente, na sua colmeia. Esta construção nos faz articular a compreensão de alfabetização com a perspectiva de Paulo Freire (1996) quando nos afirma que “tudo vem explicitado ou sugerido no que chamo de leitura de mundo que precede, sempre, a leitura da palavra” (p. 81), ou seja, a alfabetização vai muito além de ‘ler’ as palavras, mas sim manifesta-se quando as palavras, juntas, dão sentido e significado ao mundo em que habitamos.

Essa ponderação nos permite dialogar com as contribuições de Soares (2001) quando, articulando a alfabetização na perspectiva do ‘letramento’, defende que esse exercício implica várias habilidades, tais quais:

capacidade de ler e escrever para atingir diferentes objetivos – para informar ou informa-se, para interagir com os outros, para imergir no imaginário, no estético, para ampliar conhecimentos, para seduzir ou induzir para divertir-se, para orientar-se, para o apoio à memória, para catarse, para interpretar e produzir diferentes tipos e gêneros de textos, para orientar-se pelos protocolos de leitura que marcam o texto ou de lançar mão desses protocolos ao escrever (p. 92).

Percebamos que o processo de alfabetização vai muito além de reconhecer as vogais, as letras do alfabeto, juntar as palavras e, supostamente, ‘ler’ uma frase para marcar a resposta ‘certa’ com um (x) numa avaliação externa.



Vimos construindo, ao longo dos tempos, que o processo de alfabetização não tem início nem se esgota na primeira fase, não tem uma ‘idade certa’, nem um método melhor/único. A alfabetização é a compreensão de que com a ‘leitura de mundo’ vai aparecendo a ‘leitura da vida.

Neste contexto, a criança aprende a ler, lendo, e a escrever, escrevendo – o mundo, a vida, seus sentimentos, suas experiências... Um eterno processo de reflexão e de produção de sentidos – individuais e coletivos.

Mas, na lógica das ‘avaliações externas’, tal qual vimos no Programa Novo Mais Educação, só há uma determinada ‘concepção de mundo’, só há uma alternativa certa para se marcar nos testes padronizados – diferentemente, do nosso mundo. Por que não potencializamos, no processo de alfabetização, além do ‘preto’ e do ‘branco’ outros matizes? Outras alternativas que mobilize valores, saberes e práticas (socio)educativas?

Embora vimos, na seção anterior, a sinalização no “Documento Orientador” do PNME a orientação de “estudos de leitura, escrita, alfabetização e letramento”, na abordagem do ensino de Língua Portuguesa, em nenhum momento – no corpo da produção – se discute esta concepção de alfabetização na perspectiva do letramento nem sequer apresenta, ao final do material, referências bibliográficas sobre as quais estruturou sua construção, mas, na contramão de uma visão mais ampliada de educação, do ato de educar e do próprio processo de alfabetização, podemos observar o entendimento deste conceito, por parte do PNME, como um mero ‘treino’ do código escrito.

Não podemos descartar que este movimento também tenha a sua relevância, uma vez que, com o linguista Cagliari (2010), temos o alinhamento da alfabetização como um “ato linguístico” de ler e escrever e o domínio desses conhecimentos como uma forma de empoderamento na sociedade. No entanto, o mesmo autor sinaliza que a aquisição da escrita não deve ser percebida, apenas, no aspecto ‘mecânico’, mas numa imersão no universo do educando.

A motivação para a escrita é sua própria razão de ser; a decifração constitui apenas um aspecto mecânico de seu funcionamento. Assim, a leitura não pode ser só decifração; deve, através da decifração, chegar à motivação do que está escrito, ao seu conteúdo semântico e pragmático completo. Por isso é que a leitura não se reduz à somatória dos significados individuais dos símbolos (letras, palavras etc.), mas obriga o leitor a enquadrar todos esses elementos no universo cultural, social, histórico etc. em que o escritor se baseou para escrever. (CAGLIARI, 2010, p. 90)

Percebam que, neste processo de aquisição da leitura e da escrita, não há nada de ‘natural’... É um processo cultural e exige precisão, fluência e compreensão por parte do sujeito. Para esta finalidade, no processo de alfabetização, o cérebro forma pequenas sinapses, que funcionam como redes de conexão de conhecimentos articulando aquilo que o educando já sabe e estabelecendo, neste contexto, diversas habilidades para a leitura e a escrita, tais quais: percepção visual, percepção auditiva, capacidade de análise e capacidade de síntese, numa abordagem neurológica.

Ou seja, a estrutura cognitiva vai formando alguns esquemas cerebrais que, na interação com o mundo, possibilita a construção do conhecimento. Numa abordagem psicológica, a criança ‘equilibrada’ no conhecimento que construiu, frente a um novo desafio e a uma situação-problema apresentada, se ‘desequilibra’ e ao construir hipóteses sobre como resolver essa situação encontra, por sua vez, a suposta solução e retorna ao estágio de ‘equilíbrio’.

Essa estrutura Piagetiana potencializa, no processo de alfabetização, a aquisição do código escrito, inclusive, por meio das fases da “Psicogênese da Língua Escrita”, de Emília Ferreiro e Ana Teberosky, a saber: Pré-Silábico; Silábico; Silábico-Alfabético e Alfabético-Ortográfico. Observem que aprender a ler e a escrever é um processo mental complexo e organizado.

Podemos acrescentar, no campo pedagógico, que, por meio da decodificação grafofonêmica a criança vai aprendendo a ler, identificando que cada letra possui um som e ela deságua no que chamamos de consciência fonológica – quando o educando consegue discriminar, manipular, diferenciar os segmentos de fala.

Neste contexto, dependendo do tipo de método de alfabetização adotado – Método Sintético (alfabético, fônico ou silábico – que marcam a compreensão das menores unidades para as maiores da língua escrita) ou Método Analítico (palavração, sentencição, psicolinguístico ou natural – que abordam das maiores unidades da língua escrita para as menores) – identificamos se o educador está a favor de uma educação mais emancipadora ou reprodutora dos ideais de opressão impostos na sociedade, pois como nos afirma Perez & Sampaio (2008) “a prática pedagógica traz sempre uma teoria que a informa” (p. 57).

Uma perspectiva de alfabetização em sentido amplo ou restrito mobiliza ações que se relacionam, por sua vez, com a finalidade da educação como sendo para o mercado ou para a formação mais crítica e ampliada do sujeito.

Qual seria a compreensão sobre Alfabetização inserida no Programa Novo Mais Educação?



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De antemão, faz-se necessário pontuar que a alfabetização aglutina discussões da história, da psicologia, da linguística, da antropologia e da neurociência, dentre outros campos, na perspectiva de se ‘munir’ com mais recursos para lidar com a imprevisibilidade e complexidade do cotidiano escolar.

Neste contexto, embora seja difícil costurar um ‘conceito’ fechado sobre a alfabetização, a entendemos como um processo de produção de sentidos que vai muito além do ato de decodificar o código escrito e reproduzi-lo nas poucas alternativas propostas pelas avaliações externas.

Ao longo deste artigo, apresentamos as especificidades no que tange ao Programa Novo Mais Educação e alinhavamos uma discussão sobre a temática da “Alfabetização” perpassando pelas diferentes nuances pontuadas no primeiro parágrafo destas considerações.

Podemos afirmar que o Programa Novo Mais Educação não revela uma concepção de alfabetização em seus poucos documentos elaborados, no entanto, frente a sua articulação com as avaliações externas e padronizadas, inferimos a presença de uma compreensão mais tradicional acerca do processo de aquisição da leitura e da escrita – distanciada de práticas sociais que a envolve e, neste bojo, um alargamento, ainda maior, do fosso existente entre a alfabetização e o letramento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 de jun. 2014.

BRASIL. Portaria Interministerial nº. 17, de 24 de abril de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 abril. 2007.

BRASIL. Portaria nº1144, de 10 de outubro de 2016. Institui o Programa Novo Mais Educação, que visa melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 de out, 2016a.

BRASIL. **Programa Novo Mais Educação – Documento Orientador – Versão 1**. Brasília: MEC, 2016b.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Linguística**. São Paulo: Scipione, 2010.

COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa. História(s) da educação integral. Brasília: **Em Aberto**, v.22, n. 80, p.83-96, abr. 2009b.

FERREIRO, Emília. **Passado e presente dos verbos ler e escrever**. São Paulo: Cortez, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOFFMAN, Jussara. **Avaliação**: mito e desafio: uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Mediação, 2005.

IGLESIAS, María Elinor Dulzaides; GÓMEZ, Ana María Molina. Análisis documental y de información: dos componentes de un mismo proceso. **ACIMED**, Ciudad de La Habana, v. 12, n. 2, p. 1-5, mar./abr. 2004.

PEREZ, Carmem Lúcia Vidal. SAMPAIO, Carmem Sanches. A pré-escola em Angra dos Reis: tecendo um projeto de educação infantil. In: GARCIA, Regina Leite. (Org.). **A formação da professora alfabetizadora**: reflexões sobre a prática. São Paulo: Cortez, 2008.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cad. Pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 179-195, nov. 2001.

RAIMUNDO, Helder F. Como fazer análise documental. In: RAIMUNDO, Helder. **Socializar por aí**. Portugal, out. 2006. Disponível em: <http://educaaic.blogspot.com.br/2006/10/como-fazer-anlise-documental.html>. Acesso em 01/11/2015

SIRINO, Marcio Bernardino. FERREIRA, Arthur Vianna. MOTA, Patricia Flavia. Escola plural e avaliação singular: apontamentos sobre a perspectiva de avaliação inserida no Programa Novo Mais Educação. **Revista Educação Online**, Rio de Janeiro, n. 26, set-dez, 2017. (p. 154-172).

SOARES, Magda. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, V.M. (Org.). **Letramento no Brasil**, reflexões a partir do INAF 2001. São Paulo: Global, 2001.